

Interseccionalidade em *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis

Fernanda Kreuz Machado¹
Anselmo Peres Alós²

Resumo: Esta resenha visa explorar como Angela Davis aborda as complexas interseções de gênero, raça e classe em uma de suas obras mais relevantes: *Mulheres, Raça e Classe*, publicada em 1981. A autora, em sua obra, objetiva analisar, a partir de um prisma interseccional, as opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Analisando desde o período da escravidão até a sociedade moderna, Davis examina, de maneira objetiva e profunda, as estruturas e dinâmicas de poder que moldam a vida e a liberdade das mulheres negras em um contexto histórico-social marcado pela desigualdade e injustiça social. Tem como propósito averiguar a relevância e o impacto da obra na crítica feminista, nos estudos culturais e na filosofia, especialmente pela forma como a autora apresenta as experiências das mulheres negras em sua incessante busca por igualdade e liberdade. Em consonância com a obra analisada, busca-se investigar os argumentos sobre as inter-relações entre patriarcado, racismo e capitalismo, e como esses elementos perpetuam a exploração e marginalização das mulheres negras e de outras mulheres na sociedade.

Palavras-chave: Angela Davis; Feminismo; Racismo; Igualdade; Interseccionalidade.

¹ Graduada em Letras – Português e Espanhol (Universidade Federal da Fronteira Sul). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: fernanda-krmachado@educar.rs.gov.br.

² Doutor em Letras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: anselmoperesalós@gmail.com

Angela Davis, filósofa, professora universitária e feminista nascida no estado de Alabama, um dos mais racistas do Sul dos Estados Unidos, enfrentou desde cedo as restrições impostas pela sociedade americana à mulher negra. Sua trajetória como estudante proporcionou o envolvimento em movimentos como o Student Nonviolent Coordinating Committee³ (SNCC), o Black Power e os Panteras Negras, vários deles dedicados à luta pelos direitos da população negra, além de participar de coletivos voltados aos direitos das mulheres. Reconhecida como uma das mais proeminentes pensadoras sobre os direitos das mulheres e uma figura central na luta antirracista, Davis é também conhecida por seu compromisso com a luta e resistência contra a opressão carcerária e outras formas de injustiça no cosmo social.

A obra *Mulheres, Raça e Classe*, publicada em 1981, Davis tem por foco explorar de maneira profunda e incisiva as interseções entre gênero, raça e classe, desde o período de escravização, até a sociedade moderna. Seu foco reside em desmistificar estruturas opressoras e os poderes que moldam a vida e as perspectivas passadas e futuras das mulheres, especialmente das mulheres negras. Com uma abordagem objetiva e meticulosa, a autora examina os contextos sócio-históricos no decorrer dos treze capítulos que compõem a obra. Cada um dos capítulos investiga fatos que permitiram e validaram, durante diferentes períodos da história estadunidense, a ocorrência de situações e políticas que tradicionalmente afetaram, e ainda afetam, a vida da população negra nos Estados Unidos e em tantos outros lugares do mundo.

A presente resenha busca investigar os argumentos acerca das inter-relações entre patriarcado, racismo e capitalismo, além de como esses elementos tendem a perpetuar a exploração e marginalização das mulheres negras e de outras mulheres dentro da estrutura social. Davis considera e exemplifica, a partir de experiências de diversas mulheres negras, a luta contínua pelos direitos que foram negados, pela voz que muitas vezes lhes foi tomada, e pelas lutas feministas, que, por mais que fossem também suas, lhes era negado o direito de participar. A relevância e o impacto dos seus

³ Comitê Coordenador Estudantil Não-Violento

textos para a crítica feminista tende a iluminar e possibilitar que sejam feitas várias críticas e apontamentos acerca da participação dos coletivos negros nas decisões e nas políticas voltadas à emancipação feminina.

No prefácio da obra, a pensadora Djamila Ribeiro ressalta a importância e a abordagem de Davis sobre a escravização da população negra e os impactos disso na sociedade atual. Ela argumenta que a temática "nos dá a dimensão da impossibilidade de se pensar em um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial" (DAVIS, 2016, p. 12), não só revelando as profundas marcas deixadas pela escravidão, mas também iluminando como essas marcas continuam a moldar as estruturas sociais e políticas contemporâneas. A abordagem interseccional, utilizada por Davis em *Mulheres, Raça e Classe*, permite uma compreensão mais ampla e profunda das experiências e perspectivas das mulheres, especialmente as mulheres negras, ao considerar as múltiplas camadas de opressão que elas enfrentam.

O prefácio da obra apresenta uma visão introdutória do que será abordado no transcorrer do primeiro capítulo, intitulado *O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher*. O parecer histórico desenvolvido pela autora parte do regime escravagista e observa como a escravidão moldou as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho durante o período. A influência da dominação branca e masculina é tratada, conforme aponta Davis, como "[...] uma arma de dominação, uma arma de repressão [...]" (DAVIS, 2016, p. 36). Situações de violência e subalternidade com base na raça e gênero, submetiam muitas mulheres à escolha entre a morte das próprias filhas ou o medo e a angústia por saber o futuro desgraçado no qual elas seriam forçadas a viver.

O retrato de situações bárbaras e a indignação em relação aos tratamentos impostos à população negra fez com que surgissem movimentos abolicionistas. Os movimentos partidários dos pensamentos antiescravagistas têm por principais personagens mulheres brancas de classe média. Essa participação mais efetiva das mulheres dentro desses movimentos demonstra que a relação "entre a já estabelecida

luta pela libertação negra e a embrionária batalha pelos direitos das mulheres” (DAVIS, 2016, p. 47) demonstrava uma insatisfação das mulheres com os posicionamentos racistas e sexistas da sociedade.

A luta das mulheres por voz política, segundo Davis, ia além: “ao afirmar seu direito de se opor à escravidão, elas protestavam [...] contra sua própria exclusão da arena política” (DAVIS, 2016, p. 51). Duas personagens extremamente relevantes para as lutas feministas e abolicionistas da época foram as irmãs Sarah e Angelina Grimké. Críticas ao espaço ocupado pelas mulheres nos meios privados e públicos, elas representaram, naquele momento, a contínua luta pela qual as mulheres negras e brancas teriam que passar no transcorrer dos próximos anos e, devido às diferentes perspectivas sociais e econômicas, essas lutas também passariam por uma cisão baseadas nas imposições capitalistas e patriarcais.

Ao introduzir a temática do terceiro capítulo *Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres*, Davis aponta que a luta pelos direitos das mulheres ascendeu a partir dos movimentos abolicionistas da época. Elizabeth Cady Stanton foi pioneira no desenvolvimento e nas ações para a emancipação da mulher, sendo ela a questionar, durante a Convenção de Seneca Falls, a introdução de uma resolução sobre o sufrágio feminino. A Declaração de Seneca Falls, redigida em 1848, ao propor uma análise da condição feminina, focou predominantemente nas preocupações das mulheres brancas de classe média e alta, que eram as principais autoras e líderes do movimento na época.

O contexto social e cultural da época era refletido na delimitação existente entre as diversas mulheres que compunham os coletivos feministas na época. As mulheres negras, trabalhadoras e de classes socioeconômicas mais baixas eram, e continuaram sendo durante muitos anos, ignoradas e marginalizadas pelas suas irmãs. A relação de interseccionalidade, mesmo que tendo possibilitado uma identificação com outros grupos, também levantou questões relacionadas à exclusão de grupos e a sua invisibilidade. Muitas outras eram as preocupações dos grupos de mulheres

marginalizadas, preocupações que envolviam relações de sobrevivência e trabalho, discriminação racial, abusos sexuais e dominação masculina. A inclusão dessas vozes diversas deveria ter sido primordial para mediar um entendimento mais amplo e igualitário das diferentes condições femininas que estavam interpostas dentro da coletividade.

Sojourner Truth, abolicionista e defensora dos direitos das mulheres afro-americanas, proferiu um discurso conhecido por “Não sou eu uma mulher?”, apontando questionamentos sobre o racismo e o sexismo no movimento, além de debater questões centrais sobre a escravidão, a exploração econômica e a opressão. Apesar da existência desses questionamentos, o racismo, infelizmente, continuou a fazer parte de diversos âmbitos sociais, inclusive dentro dos movimentos feministas. Davis discorre sobre isso no capítulo intitulado *Racismo no movimento sufragista feminino*. Ela apresenta as cisões ocorridas dentro dos movimentos feministas em contraposição à luta pelos direitos da população negra. Como exemplo dessas cisões, Elizabeth Stanton acreditava que o sufrágio dos homens negros os tornaria superiores às mulheres e depois, de criada a quinta emenda à constituição americana “que proibia o uso de raça, cor e situação prévia de servidão como bases para negar o direito de voto aos cidadãos” (DAVIS, 2016, p. 84). Tanto ela quanto Susan B. Anthony, ativista pelos direitos femininos, interpretaram que a abolição do sistema escravagista e a garantia do voto para os homens, garantia a eles uma posição semelhante à posição de mulheres brancas de classe média.

A emancipação da população negra, e principalmente das mulheres negras, ocorre a partir do momento em que chegam ao mercado de trabalho. Contudo, conforme argumenta Davis, lamentavelmente, as mulheres negras eram submetidas à assinatura de “contratos com senhores de terras que desejavam obter o mesmo tipo de mão de obra do período escravagista” (DAVIS, 2016, p. 96). Como resultado, muitas das mulheres negras empregadas optavam pelo trabalho doméstico, tendo em vista a dificuldade em encontrar empregos que contratassem pessoas negras. Nos ambientes domésticos, elas

eram submetidas às mais variadas humilhações, assédios sexuais, acusações de furto e eram vistas como imorais. Tudo isso denotava uma vulnerabilidade imensa dentro do ambiente laboral, o que proporcionou, ainda mais, o preconceito e a racialização da profissão.

A educação sempre foi uma luta constante para a população negra durante e após o período de escravização. Davis destaca a impaciência das pessoas de cor em adquirir conhecimento e terem oportunidade de estudar. Essa importância pode ser percebida pelo fato que muitas mulheres, brancas e negras, dedicaram-se a ensinar e a abrir escolas, com o objetivo de educar crianças e outras pessoas, preparando-as para se tornarem futuras professoras. Prudence Crandall, Margaret Douglas e Myrtila Miner foram fundamentais na luta pelo direito à educação, recusaram-se a fechar suas escolas, mesmo sob ameaça, sendo que a última chegou a ter sua vida posta em risco por grupos de supremacistas brancos. Se a busca pela educação e libertação não tivesse ocorrido, a população negra poderia ter sido submetida novamente às imposições e restrições do regime escravagista, que era exatamente o desejo de políticos e pessoas que dominavam os meios de produção de capital.

Na virada do século XIX para o século XX, o racismo deixou profundas rupturas e cicatrizes nos movimentos e agremiações feministas, dificultando a aceitação das proposições de pensadoras e ativistas negras, algo notado por Ida B. Wells, feminista e fundadora da primeira agremiação de mulheres negras, que criticava os posicionamentos políticos que reafirmavam a política dos linchamentos e a segregação racial presente no movimento feminista. Já a NAWSA (Associação Nacional Americana pelo Sufrágio Feminino), segundo a autora, "abandonou simbolicamente suas irmãs negras ao não se opor às segregações" (DAVIS, 2016, p. 124), indicando que o movimento sufragista feminino foi utilizado de maneira reacionária, racista e com um viés ideológico, facilitando a submissão às vontades de políticos como o presidente William McKinley e o governador do estado da Carolina do Sul, Ben Tillman, que ignoravam as violências sofridas pela população negra.

Movimentos feministas dominados por mulheres brancas de classe média e classe média alta, além de falharem em abordar as interseccionalidade de gênero, raça e classe social, perpetuavam uma ideia clara de feminismo elitista que não incluía as parcelas marginalizadas. Devido a isso, pensadoras negras encontraram muitas dificuldades para terem sua participação aceita dentro dos comitês e das agremiações feministas devido à segregação racial incrustada no próprio movimento e do elitismo branco. Importantes mulheres, como Ida B. Wells e Mary Church Terrel, tiveram sua participação ativa em movimentos associativos, sendo estes de extrema importância para a luta pelos direitos das mulheres negras e funcionando como sistemas de articulação de mobilizações coletivas, em contraponto ao feminismo branco e elitista.

Com o surgimento dos movimentos associativos, muitas mulheres organizaram-se em coletivos e em agremiações, e muitas das mulheres participantes destes movimentos buscaram a sindicalização ou associação à partidos socialistas, com o intuito de fazer com que suas vozes fossem ouvidas e que tivessem a oportunidade de adquirirem agência dentro do meio político. Em 1909 – 1910, no que foi chamado de “Levantes das 20 mil”, o voto começou a ter maior relevância para as mulheres trabalhadoras em indústrias de confecção e, principalmente, depois do incêndio da empresa Triangle Shirtwaist, em Nova York, que tirou a vida de 146 mulheres, começou a se discutir legislações e parâmetros que assegurassem a qualidade e segurança de trabalho dessas mulheres. Mesmo que as mulheres marginalizadas, negras, operárias e imigrantes buscassem garantir os seus direitos, o voto e melhores qualidades de trabalho e de vida, ainda eram traídas e menosprezadas pelos movimentos feministas brancos, mesmo após a vitória do sufrágio feminino, sendo elas também detentoras desse direito.

Com a aquisição do direito ao voto muitas mulheres começaram a buscar suas identidades dentro dos partidos políticos socialistas, como forma de agência e de representação, contudo, a maioria dos partidos eram compostos por homens, ou seja, representavam e validavam ideias masculinas. Na medida em que a luta das mulheres crescia, mais mulheres eram atraídas pelas ideologias socialistas e, como o partido

socialista apoiava as causas femininas, em oito de março em 1908, foi organizado uma manifestação massiva pelo sufrágio feminino. Entretanto, a luta pelos direitos das mulheres ainda derrapava na atribuição destes mesmos direitos às mulheres negras.

Dentre as principais personagens femininas desse movimento, estão Lucy Parsons e Claudia Jones, importantes pensadoras e ativistas da causa negra e trabalhista. A primeira, conhecida por sua dedicação na luta pelos direitos dos trabalhadores, destacou-se como uma voz poderosa contra a opressão racial e econômica. Claudia Jones, por sua vez, foi jornalista e ativista que trabalhou pela justiça, fazendo parte da luta contra o racismo. Suas contribuições essenciais para o entendimento das intersecções entre raça, classe e gênero no contexto do feminismo marxista.

Davis, ao abordar o acesso da população negra ao campo de trabalho, enfatiza a vulnerabilidade sofrida pela mulher negra, que, historicamente, foi submetida à violência sexual e econômica, e retrata cirurgicamente, como homens negros eram, muitas vezes, vítimas de acusações infundadas de estupro de mulheres brancas com base em argumentos centrados na ideia de que esses supostos crimes eram cometidos “[...] como um ato de vingança ou uma manifestação justificável de hostilidade contra os brancos” (DAVIS, 2016, p. 184). A partir destas acusações de mulheres brancas, que muitas vezes eram coagidas com o simples propósito de linchar o acusado, muitos homens negros foram mortos. O linchamento era uma política institucionalizada utilizada em casos como o estupro e, em um período em que o racismo e a segregação eram sinônimo de violência racial, os motivos para a realização linchamentos públicos eram os mais torpes. A ideia deste homem negro como sendo estuprador facilitava a violência sem restrições ou punições para a quem a praticava, o que só visava corroborar a reafirmação de que a população negra era intolerável.

Com a emancipação das mulheres em relação aos seus direitos, construiu-se a ideia de que a maternidade poderia ser gerida conforme a vontade das mulheres, contudo, mulheres brancas detinham estas escolhas, as mulheres negras e de classes mais baixas não eram aptas a optar. Isso desencadeou um dos medos pungentes da

sociedade supremacista branca, a procriação de forma negligente da população negra (DAVIS, 2016, p. 217), ou seja, com base no que Davis aponta, a população deveria passar por um controle de natalidade baseado em ser apto ou não.

O aborto, inicialmente, era um dos recursos utilizados para controlar e gerir a natalidade. Contudo, realizado na ilegalidade, resultava frequentemente em mortes e afetava desproporcionalmente a vida de mulheres negras, que não tinham condições econômicas para pagar pelos altos custos de procedimentos seguros. Outro método utilizado para controlar a natalidade das populações negra, imigrante e indígena foi a “esterilização compulsória” (DAVIS, 2016, p. 2017). Esse procedimento, frequentemente realizado em meninas e jovens, ocorria muitas vezes sem o consentimento prévio das vítimas. Tais práticas refletem uma história de violência e discriminação institucionalizada, que visava o controle da reprodução de grupos marginalizados, perpetuando desigualdades sociais, raciais e de gênero.

O último capítulo da obra, intitulado *A Obsolescência das Tarefas Domésticas se Aproxima: Uma Perspectiva da Classe Trabalhadora*, aborda uma das temáticas mais relevantes e de maior impacto na perspectiva interseccional. “As mulheres começaram a ser redefinidas ideologicamente como as guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica” (DAVIS, 2016, p. 230). O espaço privado passou a ser o lugar de todas as mulheres. Essa imposição vinha justamente da concepção de que elas deveriam ser serviços responsáveis pelo bem-estar da família e do lar, o que implicava, justamente, em não pertencer à esfera pública.

O trabalho doméstico tende a impactar significativamente a vida das mulheres, especialmente a vida de mulheres negras ou de classes mais baixas. Davis sustenta seu argumento a partir de um paradigma histórico que apresenta a evolução do trabalho no ambiente privado e, por mais que haja demonstrações de mecanização e modernização dessas tarefas, ela destaca que nem todas as camadas sociais da população têm a oportunidade de dispor de materiais e recursos financeiros para mitigar o tempo e o cansaço dessas atividades árduas. Ao final do capítulo, a autora enfatiza a ideia de que

deveria haver políticas e propostas que proporcionassem às mulheres a busca por seus direitos, pela libertação das imposições domésticas e pela igualdade salarial.

Angela Davis, ao longo de toda a sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, oferece uma prodigiosa e perspicaz análise da perspectiva interseccional na vida das mulheres negras. O intuito da autora é justamente analisar as relações existentes entre o capitalismo, o racismo e o sexismo e possibilitar aos leitores a visualização dos diferentes níveis de opressão que a população negra estadunidense sofreu ao longo de sua história. Através dessa óptica, ela discorre sobre como a história do feminismo e das lutas antirracistas andavam lado a lado. Contudo, também aborda como as cisões dentro dos movimentos evidenciaram um claro elitismo na disposição e aquisição de direitos.

A elitização dos movimentos feministas e dos movimentos associativos demonstrou como o poder capitalista e patriarcal pode minar e ludibriar a luta pelos direitos dos coletivos feministas. Tanto um quanto o outro submeteram as mulheres às suas vontades e às imposições econômicas, de gênero e de raça. As vozes de diferentes grupos e de diferentes posições sociais poderiam ter influenciado enormemente e articulado as mulheres em uma grande frente em prol de lutas sociais. Infelizmente, o que se sucedeu foi a marginalização e indiferença quanto aos discursos e necessidades de mulheres negras, trabalhadoras, imigrantes e indígenas.

Por fim, a conquista da liberdade e igualdade entre as mulheres e os homens e a eliminação de toda e qualquer tipo de opressão somente serão alcançadas por meio da solidariedade e da justiça social. Davis ainda enfatiza que, para a construção de uma sociedade equitativa, é essencial dar voz aos grupos que outrora e ainda hoje são marginalizados e oprimidos. Ao final da leitura da obra, todas as ideias e posições dissertadas por Davis denotam a necessidade de uma luta pelos direitos da população negra, das mulheres, dos imigrantes e das demais minorias, que somente será concretizada se os intuitos dos governantes e dos poderes públicos forem em benefício da população, da vida e dos direitos que, por muitos anos, lhes foram vedados e roubados.

Referências

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Intersectionality in Women, Race, and Class by Angela Davis

Abstract: This review aims to explore how Angela Davis addresses the complex intersections of gender, race, and class in one of her most relevant works: "Women, Race, and Class," published in 1981. The author, in her work, seeks to analyze, from an intersectional perspective, the oppressions faced by Black women. Analyzing from the period of slavery to modern society, Davis examines, in an objective and profound manner, the structures and dynamics of power that shape the life and freedom of Black women in a socio-historical context marked by inequality and social injustice. Its purpose is to investigate the relevance and impact of the work in feminist critique, cultural studies, and philosophy, especially in the way the author presents the experiences of Black women in their relentless pursuit of equality and freedom. In consonance with the analyzed work, it seeks to investigate the arguments about the interrelations between patriarchy, racism, and capitalism, and how these elements perpetuate the exploitation and marginalization of Black women and other women in society.

Keywords: Angela Davis; Feminism; Racism; Equality; Intersectionality.

Recebido: 18/08/2024

Aceito: 08/10/2024